



A crise das universidades públicas federais

Síntese: *A greve de mais de três meses que assola as universidades públicas federais escancara a crise que vem se abatendo sobre o ensino superior no país. Os anos recentes foram marcados por uma expansão realizada de maneira improvisada, com vagas sendo ofertadas antes que houvesse salas de aula, bibliotecas e laboratórios para ensinar os alunos. O país até tem conseguido pôr mais estudantes nas universidades públicas, mas o percentual dos que conseguem graduar-se se mantém baixo. Para melhorar, a educação brasileira precisa elevar a qualidade do que é ensinado, mas, nos últimos nove anos, a preocupação com a excelência ficou relegada.*

As universidades públicas federais já estão há mais de três meses em greve. A prolongada paralisação dos docentes reflete a crise que vem tomando conta das instituições públicas de ensino superior no país. O governo petista é o principal responsável: não cuidou de propor o plano de carreiras prometido aos professores, investiu de maneira irresponsável no inchaço dos cursos e agora não tem condições de arcar com os custos de manutenção e os investimentos na infraestrutura necessária.

A realidade das universidades públicas federais difere bastante do discurso oficial vigente desde a era Lula – que alardeia que, nunca antes na história, o país abriu tantas novas vagas. A propalada expansão sem precedentes da educação superior brasileira vem se revelando um engodo, bem distante da edulcorada propaganda petista.

O ritmo de expansão das matrículas em universidades federais públicas praticamente não se alterou em comparação ao governo anterior. Quando se consideram também institutos, faculdades e centros federais de educação tecnológica, o total de formandos até decaiu em relação a 2004. O país também continua tendo uma parcela muito baixa de sua população nas universidades.

Improvisos e puxadinhos

Por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), lançado em 2007, o governo Lula estimulou a criação atabalhoada de instituições de ensino superior, sem qualquer planejamento ou estudo prévio. A expansão foi feita de maneira improvisada, oferecendo vagas antes que houvesse salas de aula, bibliotecas e laboratórios para ensinar os alunos. Há exemplos de norte a sul.

Na tradicional Universidade Federal Fluminense, os estudantes que chegaram para preencher as novas vagas foram acomodados em contêineres. Nas recém-criadas universidades federais do ABC, de São Paulo e do Vale do Jequitinhonha, nem isso: os alunos ficaram mesmo sem ter onde assistir aulas. Com isso, a evasão disparou: na ABC, por exemplo, em 2009 42% dos matriculados abandonaram os cursos, descontentes com as precárias condições da escola.

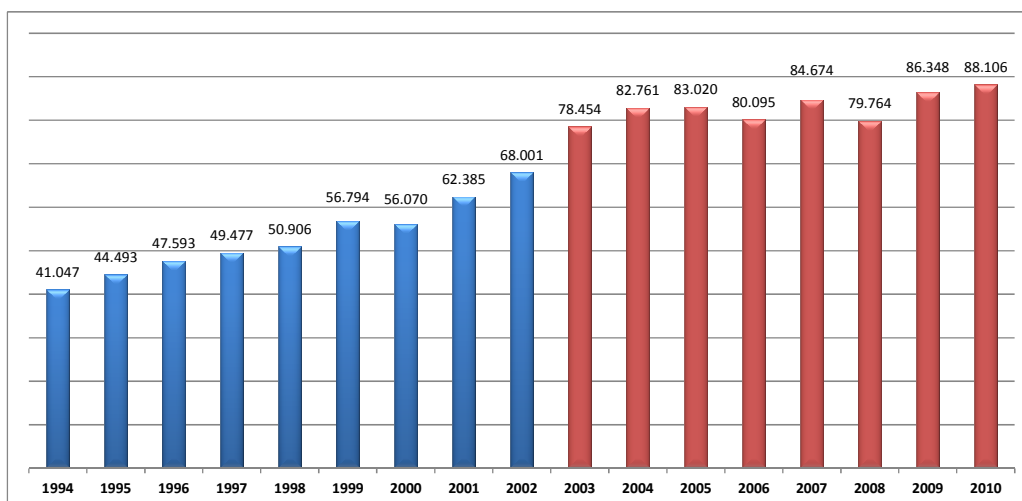
Como se não bastasse a má gestão e a ausência de planejamento, a expansão das universidades patrocinada pelo Reuni foi pródiga em jogar dinheiro público no lixo. Entre 2007 e 2011, a União repassou R\$ 4,4 bilhões às instituições federais de ensino superior para obras, mas, em relatório recente, a Controladoria Geral da União constatou que 178 construções estavam paralisadas ou haviam sido canceladas.

Lentidão, apesar da propaganda

Na última década, os avanços do ensino superior no Brasil foram bem mais lentos do que o esperado. Apesar de o número de alunos formados em universidades públicas em cursos presenciais (ou seja, excluído o ensino a distância) ter continuado a aumentar, o ritmo médio de expansão diminuiu bastante no governo petista em comparação com a gestão tucana.

No governo Fernando Henrique, o total de diplomados cresceu 66%, passando de 41 mil em 1994 para 68 mil em 2002. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o total de matrículas também subiu: 49%, para 527 mil em 2003. Isso significa que a parcela de formandos no período elevou-se, indicando melhores resultados na formação de novos talentos por parte das universidades públicas do país.

Concluintes em universidades federais públicas*



Fonte: Inep/MEC. *Alunos de cursos de graduação presenciais

Nos oito anos seguintes, o salto no número de formandos foi menor, tanto em termos relativos quanto absolutos: 30%, chegando a 88 mil em 2010, embora com quedas em vários anos. No período, as matrículas nas instituições públicas de ensino superior aumentaram 45%. Em termos absolutos, até 2010 houve acréscimo de 236 mil novas vagas. Nos anos mais recentes, o ritmo de expansão da titulação de novos doutores nas universidades federais caiu a um terço do que era.

Continua baixa a correlação entre o número de alunos que ingressam nas faculdades públicas e o dos que se formam. Nos últimos 16 anos, o percentual partiu de 12,6%, superou 15% no início do governo Lula e retrocedeu a 11,5% ao final da gestão do petista. Até por esta razão, também é pequena a média dos jovens brasileiros que possuem formação de nível superior: apenas 17,4% em 2011, quando a meta, fixada no último Plano Nacional de Educação, era chegar a pelo menos 30%.

Dinheiro mal empregado

O gasto do governo brasileiro em educação é comparável ao padrão de países desenvolvidos, mas aqui o dinheiro é muito mal aplicado. Nossa média de investimento no sistema educacional é de 5,1% do PIB. O que falta é melhorar a qualidade do dispêndio e redistribuí-lo de maneira mais adequada. Hoje acontece o contrário: enquanto um estudante do ensino público superior custa US\$ 11,6 mil ao ano, a despesa pública com um aluno matriculado na educação básica não passa de US\$ 2,1 mil.

Apesar de consumirem bastante dinheiro, as universidades brasileiras exibem uma produção científica ainda modesta – para que o ambiente de recorrentes e prolongadas greves de professores e servidores colabora bastante. O Brasil representa hoje somente cerca de 2% da produção mundial de artigos científicos e participa com apenas 0,32% das patentes no mundo. Somente a USP figura entre as 100 instituições globais de ensino superior com melhor reputação.

As famílias brasileiras sentem na pele a crise nas universidades federais públicas, seja pelas incertezas que a repetição das greves acarreta, seja pela precarização na estrutura dedicada à formação de seus filhos. Resta evidente que, para melhorar, a educação brasileira necessita não apenas aumentar a oferta de vagas, mas sim a qualidade do que é ensinado. Nos últimos nove anos, o governo petista limitou-se a multiplicar instituições e dobrar estruturas burocráticas; a preocupação com a excelência ficou relegada. Ou o país educa sua população e aprofunda a qualificação de seus profissionais, preparando-se para se transformar em uma economia moderna, ou corre o risco de ficar irremediavelmente para trás no vestibular do desenvolvimento.



“Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV” é uma publicação mensal do Instituto Teotônio Vilela.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA – www.itv.org.br

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 – 17º andar – Sala 1707 . CEP 70.165-900 . Brasília – DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . itv@itv.org.br